

# Quem são os culpados? 7

## Augusto Carvalho

As denúncias de corrupção no Brasil são tantas que começam a provocar um efeito cascata. A opinião pública, a cada dia, descobre como está sendo lesada em pequenas e grandes doses.

Aqui mesmo em Brasília ocorreram e continuam a ocorrer várias irregularidades que muitas vezes passam despercebidas, mas que precisam ser continuamente denunciadas, pois afetam diretamente o bem público em geral e cada contribuinte em particular.

Nos últimos dias foi interrompida a construção do Hospital da Vila Paranoá por flagrantes irregularidades em seus valores. Agora vem à tona o caso das obras do sistema do Rio Descoberto envolvendo a Caesb e a empreiteira Noberto Odebrecht.

Na questão de tratamento de água temos trazido a público várias denúncias, todas ainda aguardando solução por parte do Executivo.

Um dos casos mais sérios diz respeito à Estação de Tratamento de Água do Torto, responsável pelo abastecimento do Plano Piloto. Entre 1985 e 1986, esta estação sofreu uma reforma geral, com obras que na prática resultaram em uma nova unidade. Concluídas as obras, questionamentos em relação à qualidade da água levaram à demissão de toda a então diretoria da Caesb, no conhecido caso dos coliformes encontrados na água que abastecia o Palácio da Alvorada.

Mais grave ainda é que a reforma, feita pela empresa Christiani Nielsen, tinha um engenheiro responsável pela obra, que foi em seguida contratado pela Caesb, onde exerceu por mais de três anos o cargo de diretor. Outro engenheiro da empreiteira também contratado sem concurso público pela Caesb, teve como primeira função justamente de fiscalizar seu ex-empregador.

Recentemente, cerca de cinco anos após, constatou-se o funcionamento precário da mesma estação de tratamento por erros de projeto, estrutura e construção. A Caesb, então, contratou uma empresa para nova-

mente reformar a estação de tratamento de Água do Torto.

Se a Estação de Tratamento mais uma vez apresenta defeitos, está claro que houve um evidente erro de construção ou de projeto. Porém, erro mais grave é o fato de a Caesb ter aceito uma obra em condições de funcionamento precário. Quem são os culpados? Os projetistas, os construtores, os engenheiros da empreiteira, agora funcionários, ou quem fiscalizou e aceitou as obras?

Embora uma parte da água esteja sendo fornecida à cidade sem tratamento, é possível que sua potabilidade esteja dentro dos padrões, pois o sistema Torto-Santa Maria está totalmente preservado por ter origem no Parque Nacional de Brasília. Porém, se a estação de tratamento não for totalmente recuperada até o início do período chuvoso, a cidade poderá ter problemas sérios de abastecimento nos próximos meses, no tocante à qualidade da água.

Houve claramente um dano ao patrimônio público. Cinco anos é muito pouco tempo para uma obra deste porte apresentar problemas de funcionamento.

Esta relação de envolvimento direto entre empresas públicas e empreiteiras, neste caso tão claro, tem levado à dilapidação do patrimônio público. Os indícios de favorecimento de interesses privados são flagrantes e merecem a repulsa da sociedade. É necessário uma investigação para apurar os responsáveis pelos erros da primeira construção e evitar que ocorram novamente.

No último fim de semana, a imprensa noticiou que o Tribunal de Contas do Distrito Federal determinou a sustação da obra da construção de uma parte do sistema Descoberto. Motivo: irregularidade no processo licitatório. O fato é de extrema gravidade, pois a referida obra está sendo feita com recursos do Banco Interamericano de Desenvolvimento — BID, sendo por isto licitação de nível internacional.

O governador mandou sustar a obra, levando em consideração pare-

cer do Tribunal, e também o fato de que o contrato fora firmado na gestão da diretoria anterior. Lembramos que o atual presidente da Caesb era membro da diretoria anterior, e o contrato foi assinado na primeira gestão do governador Joaquim Roriz.

O que mais preocupa no sistema Descoberto é justamente o que ocorre quando são feitas as licitações e firmados contratos para a execução de obras, sem que existam recursos para o início imediato dos trabalhos. Somente depois de viabilizados os recursos, após anos de espera, é que as obras começam. Mas, aí, usa-se uma série de artifícios, consolidados nos chamados contratos de reequilíbrio econômico-financeiro, e o preço da obra é reajustado bem acima da variação do custo de vida no período. Esta regra não é utilizada para reajustar o salário dos funcionários do governo, mas serve para beneficiar as empreiteiras. É a famosa dança dos índices.

No presente caso é importante frisar que os contratos de reequilíbrio econômico-financeiro foram assinados na atual gestão do governador, e pelo atual presidente da Caesb.

Na verdade há indícios de que houve uma recontração das obras com os mesmos empreiteiros a preços bem acima da variação dos índices governamentais que, por exemplo, reajustam a caderneta de poupança.

É urgente que, tanto o Executivo como o Tribunal de Contas do DF, analisem a validade dos contratos de reequilíbrio econômico-financeiro executados na obra do sistema Descoberto. Há fortes suspeitas de que os preços pagos pelo Poder Público em função dos reajustes são significativamente maiores que os atualmente praticados no mercado.

A sociedade está cansada de ouvir denúncias de corrupção. O contribuinte deseja ver punidos os responsáveis pelos desmandos administrativos. Investigar e cumprir a lei é tarefa de quem recebeu os votos da população.

■ Augusto Carvalho é deputado federal pelo PCB-DF